

XV Congresso Brasileiro de Sociologia
Grupo de Trabalho GT06 – Economia social e solidária: alternativas de
trabalho, participação e mobilização coletiva

FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
fenômeno de socialização ou redescoberta
do mercado?

Rizoneide Souza Amorim
Instituto Marista de Solidariedade – IMS

26 a 29 de julho de 2011
Curitiba (PR)

FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: fenômeno de socialização ou redescoberta do mercado?

A feira é espelho de uma sociedade, construída pela população, pela economia, pela cultura e pelas instituições locais...

Eduardo Magalhães Ribeiro

1. O interesse pela temática

A vivência no movimento de economia solidária, a experiência como articulação estadual/nacional e coordenação de um projeto governamental de apoio e fomento às feiras de economia solidária em todo país, assim como o contato direto ao longo dos últimos dez anos com os atores desse movimento (empreendimentos econômicos solidários - EES; gestores públicos e entidades de assessoria, fomento e apoio à economia solidária) possibilitaram um constante questionamento sobre o universo da economia solidária. A pesquisa de mestrado realizada nessa temática¹ reforçou essas questões, mostrando a necessidade de continuidade de reflexões sobre as práticas da economia solidária, em especial, neste momento, sobre as feiras denominadas de economia solidária, no período de 2005 a 2010.

Nos últimos anos, diante de uma nova conjuntura econômica e social, as experiências desse setor ressurgem na tentativa de revitalizar novas práticas, sendo permeadas por pesquisas e teorias em diversas partes do mundo.

O ideal da Economia Solidária se constitui como práticas de produção, comercialização, consumo e finanças, centradas na solidariedade, sempre visando à distribuição de riqueza dentro de uma mesma comunidade, a criação de novas relações de trabalho e a geração de renda familiar.

Atualmente são inúmeras reflexões e iniciativas sendo desenvolvidas no âmbito da economia solidária no Brasil. Num universo tão amplo, é necessário fazermos um recorte, definirmos um campo de atuação. Escolhemos, então, o universo das feiras de economia solidária que estão sendo desenvolvidas em todo o Brasil, a partir do ano de 2005, quando quase todas as unidades da federação iniciaram a realização das feiras estaduais de economia solidária em seus respectivos territórios, de forma articulada e estruturada. Essas iniciativas tiveram o apoio do Programa Nacional de

¹AMORIM, Rizioneide Souza. A economia solidária, um passo além da informalidade: a experiência do Dendê, Fortaleza – Ceará. Natal: UFRN, 2005 (Dissertação de Mestrado).

Fomento às Feiras de Economia Solidária², atualmente denominado como Projeto Nacional de Comercialização Solidária.

Portanto, a reflexão é voltada para compreender a economia solidária a partir da afirmação que esta propõe um novo modelo de desenvolvimento focado no ser humano e na sua socialização, onde a economia é ressignificada, onde o foco e importância é o ser humano. A partir desta afirmação, o mercado e as relações que são ali estabelecidas, necessariamente são também inovadoras. As feiras de economia solidária então, se apresentam como uma expressão, uma manifestação das relações mercantis e tendo também a função de reinventar o mercado, a partir da criação de novas relações entre comerciantes e consumidores e estes com o seu entorno.

2. A Economia Solidária na atualidade

Boaventura de Souza Santos, no livro Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista³ aglutina diversas experiências sob o olhar de alguns autores, tais quais - Paul Singer (Brasil) e Harsh Sethi (Índia) que analisam experiências de economia solidária; Heinz Klug (África do Sul), Zander Navarro (Brasil), Horacio Martins (Brasil) e João Marcos Lopes (Brasil) que estudam formas alternativas de acesso à terra e à produção econômica rural; César Rodriguez (Colômbia), Sharit Bhowmik (Índia), Teresa Cruz e Silva (Moçambique) e Alberto Melo (Portugal) que apresentam seus estudos de caso sobre associações e cooperativas.

Os estudos de caso apresentados neste livro versam desde organizações econômicas populares constituídas pelos setores mais marginalizados na periferia até cooperativas prósperas no centro do sistema mundial. Essas experiências sinalizam para criação de espaços econômicos em que predominam os princípios de igualdade, solidariedade e respeito à natureza, sendo consideradas como de

² A criação de um Programa de Apoio às Feiras de Economia Solidária no ano de 2005 (Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, Instituto Marista de Solidariedade – IMS e Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE) fomentou e ampliou a realização de eventos desse tipo em todo país. Em 2007, este programa passa a ser denominado de Programa de Promoção do Comércio Justo e do Consumo Consciente: feiras em rede de economia solidária e agricultura familiar no Brasil. De 2009 até os dias de hoje como Comercialização Solidária no Brasil.

³ SANTOS, Boaventura de Souza. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.

economia solidária, e, mostrando ainda que, experiências deste tipo estão sendo desenvolvidas em diversas partes do mundo.

Boaventura afirma que, nessas experiências

“os frutos de trabalho são distribuídos de maneira equitativa pelos seus produtores e o processo de produção implica a participação de todos na tomada de decisões, como nas cooperativas de trabalhadores. Graças ao princípio da solidariedade, o que uma pessoa recebe depende das suas necessidades e a contribuição depende das suas capacidades. Assim funcionam, por exemplo, os sistemas progressivos de tributação e transferências cuja criação ou defesa, no contexto da globalização neoliberal, constitui uma proposta alternativa ao consenso econômico hegemônico”. (SANTOS, Boaventura de Souza, 2002, p. 29)

Vários são os autores que no Brasil estão debruçados sobre a realidade da economia solidária, entre eles ressaltamos Paul Singer⁴, que conceitua esta temática como,

“as organizações de produtores, consumidores, poupadores etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos”. (SINGER, 2003)

As diferentes pesquisas que estão sendo desenvolvidas nesses últimos anos convergem no sentido de enfatizar como tipo-ideal os aspectos de: participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, auto sustentação, a promoção do desenvolvimento humano e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

Essas experiências vêm sendo construídas pela articulação de militantes sociais que tem conseguido avançar no sentido de fortalecer o movimento de economia solidária, seja na construção de estruturas de formulação de políticas públicas, seja na elaboração de estratégias de ação e estruturação do próprio movimento. Como por exemplo, a criação do Fórum Brasileiro de Economia

⁴ Atual secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do governo federal brasileiro.

Solidária⁵ (FBES) e/ou a implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária⁶ (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com a função de formular propostas e ações de políticas governamentais que respondem em algum nível as necessidades apontadas pelo movimento, ou mesmo pelo, Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e diversas iniciativas de programas estaduais em todo país.

Atualmente, as representações do campo da economia solidária no Brasil, são as seguintes:



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005

Já quando nos referimos aos instrumentos do movimento social organizado, em nível nacional temos o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES que engloba diferentes atores do campo da economia solidária no Brasil e se estrutura da seguinte forma:



Fonte: <http://www.fbes.org.br>

⁵ Criado no mês junho de 2003, durante a 3ª Plenária de Economia Solidária, em Brasília/DF.

⁶ Também criada no mês de junho de 2003, no mesmo dia de criação do FBES.

Ao longo desses anos, o FBES construiu uma Plataforma da Economia Solidária com o objetivo de reivindicar políticas de formas interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da economia solidária no país. Essa plataforma procura executar ações de maneira estratégica, principalmente no que se refere ao marco legal; finanças solidárias; formação e assessoria técnica em economia solidária e as redes de produção, comercialização, logística e consumo solidários.

As Redes de Produção, Comercialização e Consumo Solidários, são estratégias do movimento, no intuito de garantir o desenvolvimento de processos coletivos, agregar força e permitir negociações coletivas de maneira a fortalecer os EES integrantes das mesmas, em diferentes níveis (local, regional, nacional e internacional), baseados nos princípios da economia solidária.

Embora algumas ações venham sendo desenvolvidas neste âmbito, a constituição dessas Redes, ainda é apontada como um desafio para o FBES, uma vez que um dos grandes gargalos a ser enfrentado para potencializar os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES é a comercialização.

No sentido de enfrentar este desafio, o movimento de economia solidária, com o apoio de organismos governamentais, como por exemplo, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE tem potencializado diferentes formas, que vêm fortalecendo os EES no intuito de contribuir para escoamento da sua produção. São iniciativas que estão sendo desenvolvidas em todo o país, e em diferentes modalidades: as lojas solidárias, os centros públicos de comercialização, as centrais de comercialização, as feiras de economia solidária, entre outras, se constitui como os principais canais de comercialização desse setor.

Dentre as diversas iniciativas, centraremos o nosso olhar sobre as feiras de economia solidária. A priori, pensadas apenas como um dos canais de comercialização consiste fundamentalmente em espaços para vendas diretas dos produtos e serviços dos EES em todo o país.

3. Resgatando a origem das feiras

É tão antiga a origem das feiras, que podemos nos reportar aos tempos bíblicos, quando o apóstolo Marcos narra a atitude de Jesus Cristo diante do evento.

“Chegou a Jerusalém, e, entrando no templo, começou a expulsar os que ali vendiam e compravam; derrubou as mesas dos cambistas e os bancos dos vendedores de pombos, e não permitia que se transportasse qualquer objeto através do templo” (Marcos: 11:17)

Essa afirmação nos leva a concluir que esse tipo de comércio vem de muito distante, que esta atividade surgiu, com as primeiras trocas. Isto significa dizer, a economia passava da fase do auto-abastecimento para uma de escambo, aparecendo o comércio, a troca de produtos por produtos, uma vez que não existia moeda, apenas produtos para serem trocados. Os excedentes eram levados de uma comunidade a outra, e ali trocados por outros produtos que não se conseguia produzir (SOUSA, 2006).

Para Polanyi (2000), o mercado é o lugar onde se compram, em pequenas quantidades e a preços estabelecidos, os artigos de primeira necessidade. A transformação dos mercados locais (de vizinhança) numa economia de mercado auto-regulável (fazendo surgir o mercado moderno, simples mecanismo de oferta-demanda regulado por preços flutuantes) foi o resultado da intervenção do Estado e da expansão do comércio exterior, o qual progressivamente penetrou nos mercados locais, e não da evolução progressiva destes para os âmbitos nacional e internacional.

Huberman⁷ (1976) considera que, na Idade Média, o comércio entre as localidades era intensificado com a realização de feiras (de Veneza, das Índias, de Florença e de algumas regiões da Europa e Ásia), uma vez que se buscava o produto em lugares distantes para, nas feiras livres, serem negociados. Os mercados locais eram pequenos, e neles se negociavam apenas os produtos ali produzidos, em sua grande maioria agrícola. As feiras, ao contrário, eram grandes, e negociavam mercadorias por atacado, que provinham de vários pontos do mundo conhecido.

Armando Souto Maior⁸ (1978) confirma a importância e consolidação das feiras na Idade Média,

“... as influências das atividades comerciais de Bizâncio foram vistas não somente para a Idade Média, mas até

⁷ HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro, ZAHAR Editores, 1976, p. 30.

⁸ MAIOR, Armando Souto. *História Geral*. São Paulo, Editora São Paulo, 1978, p. 190.

para a Idade Moderna, pois o renovado contacto comercial com o Oriente foi uma das causas principais do aparecimento de muitas cidades do Ocidente europeu e a concorrência comercial estimulou os descobrimentos e a expansão da civilização europeia no século XVI”.

Este foi o estímulo à expansão, que fez com que os produtos do Extremo Oriente, tais como especiarias, perfumes, jóias e sedas, muito procurados em tal época, fossem distribuídos via mediterrâneo, com grandes lucros (SOUTO MAIOR, 1978).

Nos tempos modernos, as feiras têm se diversificado e se constituem como ponto de encontro entre compradores e vendedores para trocarem produtos e/ou serviços. Diversas são as modalidades existentes e com diferentes denominações: bienais, exposições, mostras, festivais, feiras livres, feiras comerciais (temáticas), e, ultimamente, feiras de economia solidária.

4. As feiras de economia solidária no Brasil

As feiras de economia solidária que estão sendo desenvolvidas nos últimos anos buscam potencializar os produtos e serviços dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES no âmbito da comercialização, além de conter uma importante dimensão cultural ao possibilitar o resgate das relações personalizadas entre produtores e consumidores, favorecendo a fidelidade do consumo de produtos e serviços de origem solidária e também da produção familiar.

As feiras se constituem em espaços para trocas solidárias de informações e de saberes; rodas de negócios; apresentações culturais; avanço conceitual e difusão de uma economia centrada no cuidado e no respeito humano; bem como espaços de integração e articulação de EES, instituições governamentais e entidades de assessoria, apoio e fomento à economia solidária.

Os EES participantes das feiras são, sobretudo, associações, cooperativas, grupos de produção, empresas autogestionárias, clubes de trocas, iniciativas de entidades de apoio, assessoria e fomento, tecnologias sociais, entre outros.

A realização dessas feiras em todo o país no período de 2005 a 2010, apoiadas por meio de projetos nacionais, nos traz algumas indicações para reflexão. Para melhor compreensão do período, é necessário fazer um resgate da origem

destes projetos e o significado dos mesmos para o desenvolvimento de feiras de economia solidária no Brasil.

4.1. Do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária ao Projeto Nacional de Comercialização Solidária

Até o ano de 2005 as iniciativas de feiras de economia solidária que estavam se desenvolvendo no país, em diferentes modalidades (feiras locais, municipais, estaduais, entre outras), não apresentavam características, metodologia e identidade comuns e nem mesmo utilizavam a terminologia economia solidária. Além disso, apresentavam dificuldade de mensuração e publicidade dos resultados alcançados para a economia solidária no país, uma vez que as iniciativas existentes não eram articuladas nas diferentes localidades.

Diante deste fato, o FBES e a SENAES/MTE, em parceria, propôs a criação de um mecanismo que permitisse o aporte de recursos financeiros, de forma estruturada e planejada que possibilitasse mensurar os resultados e contribuir para o fortalecimento da economia solidária no Brasil.

Dessa proposta, em 2005 foi criado o Projeto Nacional, para ser executado e administrado, em âmbito nacional por uma única entidade, que ficaria responsável pela orquestração do programa em sintonia com os Fóruns Estaduais de Economia Solidária - FEES, pela gestão dos recursos financeiros disponibilizados pela SENAES/MTE e pela apresentação dos resultados alcançados.

Assim, no ano de 2005 foi implantado o Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária com recursos financeiros garantidos nas atividades previstas na *Ação de Promoção do Consumo Responsável e Comércio Justo* que compõe o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PPA 2004/2007), da SENAES/MTE.

A efetivação deste Projeto foi possível, a partir do diálogo e da parceria estabelecida entre o Departamento de Fomento da SENAES/MTE, o FBES e o Instituto Marista de Solidariedade – IMS, entidade selecionada para atuar na execução e administração dos recursos financeiros, que foram repassados pelo Governo, através da Fundação Banco do Brasil – FBB.

O Instituto Marista de Solidariedade - IMS foi selecionado para fazer a execução deste programa, pois acumulava experiência no apoio a projetos sociais e

repassa de recursos, bem como pela sua atuação no apoio as feiras de economia solidária no Estado de Minas Gerais.

No início da gestão do projeto, foi proposto à criação de alguns mecanismos de controle e avaliação para a execução das propostas estaduais. Para sua estruturação, foram criados alguns instrumentos, tais quais:

- Termo de Referência para servir de subsídio para apresentação das propostas dos Estados;
- Modelo único de plano de trabalho e cronograma físico financeiro para os Estados enviarem suas propostas;
- Produção de materiais didáticos e orientadores sobre feiras de economia solidária (cartilhas, folders, apostilas, entre outros);
- Identidade Nacional para dialogar com as especificidades locais, no intuito de integrar e identificar as ações em todo país, com produção de materiais promocionais e calendário nacional integrado e publicado;
- Pesquisa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária – PAFES, composto por ficha de inscrição de EES participante; formulários avaliativos para aplicação junto aos EES expositores; entidades de assessoria e fomento e público consumidor, bem como relatório consolidado do evento, ou seja, um formulário para sistematização das feiras em cada localidade. Este último para ser preenchido pelas coordenações de cada evento.

Além destes mecanismos, o Projeto previa a contratação de um interlocutor/articulador⁹ estadual em cada Estado participante, bem como uma coordenação nacional sob a responsabilidade do Instituto Marista de Solidariedade.

O principal objetivo do Projeto era contribuir para a visibilidade e promoção da comercialização direta dos produtos, bens e serviços dos EES, estimulando o consumo responsável, fomentando e fortalecendo redes de empreendimentos e entidades de apoio à economia solidária.

No ano da implantação deste Projeto, ao longo do segundo semestre de 2005, foram realizadas 18 Feiras Estaduais de Economia Solidária, superando a meta inicial que previa a realização de 16 Feiras. As propostas recebidas e

⁹ A interlocução/articulação estadual tem como atribuição acompanhar o processo de organização das feiras, cada um sua unidade da federação, apresentar orçamentos e notas fiscais dos recursos financeiros apoiados, aplicar os formulários de avaliação do evento, enviar relatório da feira e prestação de contas para coordenação nacional e contribuir com todo processo de articulação.

realizadas foram dos seguintes estados: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Em 2006, o referido projeto foi bem avaliado e com isto ampliaram-se as metas onde foram realizadas 29 Feiras de Economia Solidária em todo o Brasil. Destas, 26 Feiras foram estaduais (apenas Mato Grosso do Sul não realizou feira estadual); uma feira internacional em Santa Maria – Rio Grande do Sul, na segunda versão da Feira de Economia Solidária do MERCOSUL; uma feira temática em comemoração aos 25 anos de economia popular solidária da Cáritas Brasileira e a uma feira nacional, realizada juntamente com os Pontos de Culturas, em parceria com o Ministério da Cultura, onde aconteceu a 1ª Mostra de Cultura e Economia Solidária, na Bienal do Ibirapuera, em São Paulo/SP.

Nos anos de 2007 e 2008, o Projeto passou a ser denominado – Programa de Promoção do Comércio Justo e do Consumo Consciente: feiras em rede de economia solidária e agricultura familiar no Brasil, trazendo neste conceito o trabalho em rede que mostra o diferencial das feiras de economia solidária, a produção coletiva, o consumo consciente, a comercialização justa e os resultados compartilhados. Foram realizadas 02 feiras internacionais (III Feira de Economia Solidária do MERCOSUL, em Santa Maria/RS e a I Feira Panamazônia de Economia Solidária, em Rio Branco/AC), bem como 24 feiras estaduais em todo o país.

No período de 2005 a 2008 o Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária e/ou Programa de Promoção do Comércio Justo e do Consumo Consciente: feiras em rede de economia solidária e agricultura familiar no Brasil mobilizou EES como expositores para comercializar e/ou participar de atividades formativas e culturais das feiras em rede economia solidária no Brasil, totalizando:

Nº de Expositores nas Feiras de Economia Solidária – 2005/2008		
Região	Unidade da Federação - UF	Total de EES nas feiras 2005/2008
Região Norte	Acre	450
	Amapá	53
	Amazonas	120

	Pará	70
	Rondônia	80
	Roraima	72
	Tocantins	330
Região Nordeste	Alagoas	129
	Bahia	315
	Ceará	739
	Maranhão	107
	Paraíba	170
	Pernambuco	368
	Piauí	150
	Rio Grande do Norte	306
	Sergipe	237
Região Sudeste	Espírito Santo	215
	Minas Gerais	326
	Rio de Janeiro	177
	São Paulo	132
Região Sul	Paraná	208
	Santa Catarina	376
	Rio Grande do Sul	440
Região Centro-Oeste	Distrito Federal	307
	Goiás	268
	Mato Grosso	164
Feiras Nacionais, temáticas e Internacionais*	Feiras Nacionais	520
	Feiras Internacionais	2.032
	Feiras Temáticas	50
Total geral – 2005/2008		8.911 (EES expositores)

* Somente a feira de Santa Maria/RS teve apoio do Programa no ano de 2008.

Fonte: relatórios de sistematização feiras 2005-2008

No período de 2009 aos dias atuais, está em curso o Projeto Nacional de Comercialização Solidária que tem recursos garantidos na ação Organização Nacional de Comercialização dos Produtos e Serviços de EES do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (Plano Plurianual 2008 – 2011), sob a responsabilidade da SENAES/MTE, sendo executado pelo Instituto Marista de

Solidariedade, em parceria nacional com o FBES e diversos parceiros regionais e locais.

O Projeto Nacional de Comercialização Solidária se propõe a ser um espaço de referência, de suporte, de integração e de fortalecimento para a comercialização em economia solidária no Brasil. Tem várias metas para potencializar a comercialização solidária, desde pesquisas, capacitações, estruturação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SJCS, materiais didáticos e pedagógicos, bem como apoio a 100 feiras de economia solidária. Por meio deste projeto, já foram apoiadas a realização de 95 feiras de economia solidária, nas modalidades – microrregional, estadual, nacional, internacional e temática de economia solidária.

NÚMERO DE EXPOSITORES NAS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - 2009/2010

REGIÃO	UNIDADE DA FEDERAÇÃO - UF	TOTAL DE EES NAS FEIRAS
Centro Oeste	Distrito Federal/DF	230
	Goiás/GO	474
	Mato Grosso do Sul/MS	235
	Mato Grosso/MT	141
Nordeste	Alagoas/AL	161
	Bahia/BA	84
	Ceará/CE	269
	Maranhão/MA	212
	Paraíba/PB	174
	Pernambuco/PE	134
	Piauí/PI	161
	Rio Grande do Norte/RN	64
Norte	Acre/AC	300
	Amapá/AP	36
	Amazonas/AM	160
	Pará/PA	230
	Rondônia/RO	75
	Roraima/RR	102

	Tocantins/TO	40
Sudeste	Minas Gerais/MG	242
	Rio de Janeiro/RJ	499
	São Paulo/SP	323
Sul	Paraná/PR	251
	Rio Grande do Sul/RS	2886
	Santa Catarina/SC	562
TOTAL GERAL 2009/2010		8.045

Fonte: relatórios de sistematização feiras 2009-2010

Ao longo deste período (2005 a 2010) os mecanismos de monitoramento e avaliação foram aperfeiçoados e/ou consolidados, entre eles o termo de referência para realização de feiras de economia solidária no país.

No Termo de Referência criado para regulamentar as feiras de economia solidária, a concepção dessas feiras, são pensadas em processos organizativos do movimento de economia solidária, realizadas de forma participativa, coletiva e autogestionária, desde a elaboração do projeto inicial do evento até a avaliação propriamente dita.

Neste sentido, de acordo com o Termo de Referência, as *Feiras em Rede de Economia Solidária* integram cinco dimensões estratégicas:

- A **dimensão econômica** traduz-se em ser um espaço de comercialização, tanto para consumidores diretos como entre empreendimentos e no fechamento de acordos de negócios para além do evento. Com isso, contribuem, por um lado, para ampliar os canais de comercialização e estimular a fidelidade do consumo dos produtos da Economia Solidária e Agricultura Familiar, e, por outro, resgatar a relação personalizada entre produtores/as e consumidores/as;
- A **dimensão de fortalecimento da organização dos empreendimentos da Economia Solidária e Agricultura Familiar**, estes eventos contribuem na organização por ramos de atividade, por redes de colaboração solidária, por cadeias e sistemas produtivos, e entre estes, na perspectiva de fortalecer a organicidade política e econômica da Economia Solidária e Agricultura Familiar em sua base territorial;

- Já a **dimensão da divulgação** traduz-se na ampliação do conhecimento do conceito de Economia Solidária (seus princípios, valores, plataforma, produtos, serviços e localização para futuros negócios) para um público cada vez mais amplo no âmbito de realização dos eventos, que contam com identidade visual nacional favorecendo a divulgação, bem como fortalecimento da Campanha de mobilização da economia solidária: *Economia Solidária: outra economia acontece*;
- A **dimensão de formação** concretiza-se tanto na realização de oficinas, plenárias, reuniões e seminários com as diversas temáticas técnicas e políticas, quanto na própria preparação e execução das feiras, em rede, com forte protagonismo dos atores envolvidos: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e gestores públicos;
- A **dimensão ambiental** manifesta-se na preocupação com relação aos impactos do evento no meio-ambiente, que perpassa o uso de materiais não descartáveis, existência de sistemas de coleta e reciclagem, fechamento de ciclos de uso de água, a minimização do uso de embalagens, produtos químicos entre outros;

Além das dimensões acima, no termo de referência, as feiras em rede de economia solidária apresentam algumas características em comum:

1. Protagonismo dos empreendimentos na construção, divulgação, execução e avaliação da Feira;
2. Espaço de exposição e comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos de economia solidária e da agricultura familiar;
3. Espaço para rodada de negócios entre os expositores e os diversos compradores;
4. Espaço de formação e informação aos participantes dos empreendimentos por meio de oficinas temáticas;
5. Espaço de estímulo e divulgação do Consumo Responsável dos produtos e serviços em exposição;
6. Exemplo de inclusão efetiva de responsabilidade ambiental em todas as dimensões da feira;
7. Espaço de publicização e divulgação das ações das várias instituições (governamentais ou não) e grupos da economia solidária;

8. Espaço de difusão conceitual e filosófica da economia solidária para o público em geral;
9. Espaço para a realização de atividades artísticas e culturais por atores oriundos dos movimentos organizados de cultura popular e regional, economia solidária e agricultura familiar;
10. Espaço de realização de atividades de trocas solidárias com o uso de moedas sociais;
11. Espaço de fomento e divulgação da organização de cadeias produtivas e redes de economia solidária e agricultura familiar;
12. Espaço de lazer e integração dos expositores e visitantes;

5. Considerações sobre o universo das feiras de economia solidária

A realização de feiras de economia solidária em todo o país no período de 2005 a 2010 apoiadas pelos referidos projetos nacionais, nos aponta algumas indicações para reflexão. A principal dela é a forma como esses eventos são gestados, construídos, realizados e avaliados.

A vivência acompanhando as quase 200 feiras realizadas neste período, nos leva a afirmar que as mesmas são construídas em rede, de forma participativa, coletiva e autogestionária, desde a elaboração da proposta inicial do evento até a avaliação propriamente dita, o que nos faz afirmar que os princípios básicos da economia solidária são exercitados diante dos desafios da construção coletiva, pois: presenciamos a cooperação para construir; a solidariedade nos processos; o respeito às diferenças; a autogestão nas horas de decisão; a transparência na gestão financeira; e os demais princípios nas atividades que recheiam a comercialização. Onde uma nova modalidade de gestão é exercitada e novos paradigmas são criados. O que nos possibilita afirmar as feiras de economia solidária como importante contribuição para o fortalecimento da economia solidária no Brasil.

É verdade que temos visto também nas feiras de economia solidária, os limites e as potencialidades locais, seja nos autoritarismos, centralização de poder; nas imposições; seja na riqueza quando os atores conseguem avançar em prol do bem comum, se preocupam com o bem viver e mesmo com todos os desafios e precariedades, superam e realizam eventos importantes com pequenos recursos e

até mesmo limitação política e/ou de infraestrutura.

As feiras de economia solidária revelam também, as fragilidades internas do movimento, seja com alguns dos EES participantes que não conseguem acessar os serviços a serem prestados, não estão organizados em setores estratégicos e que as suas produções precisam avançar e qualificar para que tenham viabilidade econômica; seja as fragilidades dos fóruns e atores locais de economia solidária de aglutinar forças e de fazer avançar em coisas concretas, palpáveis e reais.

As feiras de economia solidária são importantes também como espaços de articulação de diferentes setores, valorizando as comunidades tradicionais, as relações de gênero, raça e etnia, agricultura camponesa, articulação de redes e cadeias. Onde os parceiros juntam as suas forças na construção coletiva de fortalecimento de laços de solidariedade e compromisso com a preservação e valorização das tradições culturais locais que são manifestadas de diferentes formas, nas apresentações culturais que recheiam estes espaços.

Nas feiras encontramos também espaços formativos que propiciam aprendizados e ensinamentos para o público presente, por meio de oficinas, seminários, plenárias, que mobilizam diferentes atores, que potencializam a organização destes em redes. Ao mesmo tempo também existem espaços formativos precários, mas que expressam a realidade daquela localidade no que se refere ao movimento de economia solidária.

Em muitas unidades da federação, a organização destes eventos tem contribuído para a interiorização dos fóruns de economia solidária. Por meio da realização de feiras é que, muitas vezes, a temática é levada pela primeira para os recantos mais remotos deste país. Muitas pessoas ao se depararem com a novidade do tema reconhecem nos princípios o seu fazer cotidiano e se afirmam como pertencente ao movimento de economia solidária, e, é a partir do encantamento que passam a integrar e fortalecer o movimento.

Além de interiorizar as discussões no âmbito da economia solidária, estes eventos têm contribuído para sensibilização do consumo responsável, bem como no desenvolvimento de conceito e práticas do comércio justo e solidário, na criação de uma nova cultura de consumo e comercialização, bem como no fortalecimento da relação personalizada entre produtores e consumidores, no contato humanizado e de valorização das relações de confiança.

Afirmamos que as feiras são palavras geradoras, no dizer de Paulo Freire,

onde em um primeiro momento o enfoque é a comercialização direta, mas no desenvolver da proposta vai se fortalecendo laços de solidariedade e pertencimento, formas de trabalhar coletivamente e pensar no bem comum, onde em muitos momentos a comercialização passa para um segundo plano e se percebe que para viver e bem viver, é preciso estabelecer parcerias, relações humanas sólidas e comprometidas, que vão muito além da dimensão econômica.

A Pesquisa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária – PAFES¹⁰ tem mostrado que a comercialização precisa avançar, uma vez que o volume comercializado ainda é incipiente. Por outro lado, temos dados que mostram que muitos EES participantes procuram estes espaços com outros objetivos, seja para estabelecer contatos com futuros compradores, seja para interagir com os seus pares.

Segundo os dados do PAFES, é por meio das feiras de economia solidária que o movimento consegue expressar para a sociedade o que significa a temática, uma vez que são nas feiras que o público tem acesso as informações sobre economia solidária pela primeira vez.

É possível afirmar que a partir da consolidação de projetos nacionais que fomentam este tipo de feira, a incorporação do nome a eventos específicos promovidos por integrantes do movimento de economia solidária, é que se consolida o nome feiras de economia solidária. Este vira um modelo a ser adotado por governos estaduais e municipais. Como foi o caso de Minas Gerais, que criou o programa estadual de feiras de economia solidária com recursos do governo do estado e gerenciado por uma Secretaria Estadual com apoio do Fórum Mineiro de Economia Solidária e do Conselho Estadual de Economia Solidária de Minas Gerais.

A nossa vivência nos permite afirmar que em alguns estados brasileiros, as feiras são práticas sociais estabelecidas e repassadas por gerações. Nestes, as feiras fazem parte do fazer cotidiano, como por exemplo, na Região Nordeste e Sul. Já em outras regiões, esta é uma prática estranha ao modo usual e cultural, seja do movimento de economia solidária, seja da sociedade local, porém, a medida que o Governo Federal começa a apoiar a realização de feiras com recursos públicos, praticamente todos os estados da federação realizam feiras de economia solidária,

¹⁰ Pesquisa coordenada pelo Instituto Marista de Solidariedade – IMS, aplicada em todas as feiras de economia solidária que tiveram e/ou tem apoio dos referidos programas executadas a partir de 2005 aos dias atuais. Dados disponíveis no site: www.fbes.org.br/programafeiras/bd

que merecem um olhar mais aprofundado e motiva um estudo futuro.

Constamos que os projetos nacionais nascem para atender uma demanda dos Fóruns de Economia Solidária para realização de feiras eventos. À medida que estes eventos se consolidam, outras demandas surgem. Se em um primeiro momento, era de comercialização estadual, atualmente, as demandas são por pontos permanentes de comercialização, feiras itinerantes e microrregionais. Esse desafio se configura como positivo na construção de novas estratégias e ampliação de projetos e políticas públicas em prol da economia solidária, abrindo uma perspectiva de continuidade do mesmo com abrangência de modalidades, pois somente os canais eventuais (feiras eventos) não dão conta da demanda e do crescimento da economia solidária no Brasil. A realidade tem mostrado que são necessários canais permanentes para avançar na construção de um mercado solidário, onde a comercialização seja um reflexo de um processo coletivo, justo e sustentável.

E para concluir, retomamos a metodologia adotada de fazer feiras de economia solidária que foi pensada, pautada na educação popular, de construir os processos com os atores envolvidos, a partir das realidades locais e respeitando as especificidades. Isso tem sido uma opção pensada de forma intencional, como estratégia, de vê a economia solidária na prática, com a cara de cada localidade. Com os problemas e soluções de cada localidade, é possível afirmar que as feiras mostram o retrato da realidade da economia solidária nestas localidades, e porque não dizer, o retrato da economia solidária no Brasil. Pois a *“feira é espelho de uma sociedade, construída pela população, pela economia, pela cultura e pelas instituições locais”*. Se ela deixa de ser isso, não fez sentido fazer feira de economia solidária no Brasil.

6. Bibliografia

AMORIM, Rizoneide Souza. A economia solidária, um passo além da informalidade: a experiência do Dendê, Fortaleza – Ceará. Natal: UFRN, 2005 (Dissertação de Mestrado).

_____. Como organizar feiras de economia solidária. Brasília/DF: IMS, 2006 (Cartilha).

AMORIM, Rizioneide Souza e SILVA, Shirlei A. Almeida. Feiras de Economia Solidária 2005 -2008: experiências ensinantes e aprendentes. Instituto Marista de Solidariedade, Brasília/DF, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CATTANI, Antônio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. O trabalho ao centro da economia popular solidária. Caxambu: UNISINOS, 1999. (XXIII ANPOCS);

Gonzaga de Sousa, Luis (2004) Memórias de Economia, edição eletrônica. Texto completo em www.eumed.net/cursecon/libreria.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro, ZAHAR Editores, 1976;

LISBOA, Armando de Melo. Os desafios da economia popular solidária. 2000. disponível em: <http://www.ecosol.org.Br>

LOEBL, Eugen. A Humanoeconomia: como podemos fazer com que a economia nos sirva e não nos destrua. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

LUBICH, Chiara. A experiência da economia da comunhão: da espiritualidade da unidade, uma proposta de agir econômico. In: BRUNI, Luigino. Economia da comunhão: uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande/SP: Cidade Nova, 2002.

MAIOR, Armando Souto. História Geral. São Paulo, Editora São Paulo, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MTE / SENAES – Ministério do Trabalho e Emprego / Secretaria Nacional de

Economia Solidária. Economia Solidária em Desenvolvimento. Brasília, 2003.

_____. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília/DF, 2006.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação, as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAZETTO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ, F. Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães e autores. A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais. Unimontes Científica V.5, n.1 - Janeiro/ Junho de 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002;